

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA LUTA PELA DESCONSTRUÇÃO CULTURAL: EM FOCO A INCLUSÃO SOCIAL

SOCIAL MOVEMENTS OF DISABLED PEOPLE IN THE FIGHT FOR CULTURAL DECONSTRUCTION: HIGHLIGHTING SOCIAL INCLUSION

MOVIMIENTOS SOCIALES DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD EN LA LUCHA POR LA DECONSTRUCCIÓN CULTURAL: ENFOCANDO EN LA INCLUSIÓN SOCIAL

Silvane dos Santos de Moura Macagnan

Pedagoga na Secretaria da Educação e do Esporte - SEED/PR, Cascavel, Paraná, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6408-3226>

Karina dos Santos de Moura Buzin

Professora na Secretaria da Educação e do Esporte - SEED/PR, Três Barras do Paraná, Paraná, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-2249-9845>

Lucia Terezinha Zanato Tureck

Docente do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA), Colegiado do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação, Coordenadora Adjunta do Núcleo de Educação a Distância - NEaDUNI, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, campus de Cascavel, Paraná, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0684-8697>

RESUMO: Há anos, as pessoas com deficiência lutam pela inclusão social. Atualmente, mesmo que algumas legislações garantam esses direitos, observam-se atitudes e visões equivocadas. Um dos motivos influentes da exclusão social está relacionada à cultura. Assim, o objetivo do artigo é verificar como a cultura interfere na visão do povo acerca das pessoas com deficiência. Sobre essa questão, buscou-se fundamentação em autores como Baczko (1985), Chauí (2001) e Gohn (2001). Também se analisou como a sociedade se mobiliza para realizar ações de reivindicação dos direitos da pessoa com deficiência por meio de movimentos sociais, particularmente, no município de Cascavel, Paraná. Foram utilizadas bibliografias, documentos, legislações, cartilhas e notícias de jornais. A partir dessa análise qualitativa, objetiva-se contribuir para a conscientização da população sobre a importância da inclusão social das pessoas com deficiência, desconstruindo a visão cultural sobre suas capacidades e reforçando a importância da efetivação de seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão social, cultura, movimentos sociais, pessoa com deficiência.

ABSTRACT: People with disabilities have been fighting for social inclusion for years. Nowadays, even if some laws guarantee these rights, mistaken attitudes and views are observed. One of the influential reasons for social exclusion is related to culture. Therefore, the objective of this article is to verify how culture interferes with people's view of people with disabilities. On this issue, this work was based on authors such as Baczko (1985), Chauí (2001), and Gohn (2001). It was also analyzed how society is mobilized to clame actions for the rights of people with disabilities through social movements, specifically in the city of Cascavel, Paraná. Bibliographies, documents, legislation, booklets and news from newspapers were used. From this qualitative analysis, the main purpose is to contribute to the population's awareness of the importance of social inclusion of people with disabilities, deconstructing the cultural view of their capabilities and reinforcing the importance of enforcing their rights.

KEYWORDS: Social inclusion, culture, social movements, disabled people.

RESUMEN: Las personas con discapacidad llevan años luchando por la inclusión social. Actualmente, aunque algunas leyes garantizan estos derechos, se observan actitudes y visiones erróneas. Una de las razones influyentes de la exclusión social está relacionada con la cultura. Por lo tanto, el objetivo del artículo es verificar cómo la cultura interfiere con la visión de las personas con discapacidad. Sobre este tema, se basó en autores como Baczko (1985), Chauí (2001) y Gohn (2001). También se analizó cómo se moviliza a la sociedad para realizar acciones de reivindicación de los derechos de las personas con discapacidad a través de los movimientos sociales, particularmente en el municipio de Cascavel, Paraná. Se utilizaron bibliografías, documentos, legislación, folletos y noticias de periódicos. A partir de este análisis cualitativo, el objetivo es contribuir a la concienciación de la población sobre la importancia de la inclusión social de las personas con discapacidad, deconstruyendo la visión cultural de sus capacidades y reforzando la importancia de la realización de sus derechos.

PALABRAS-CLAVE: Inclusión social, cultura, movimientos sociales, personas con discapacidad.

Introdução

A história da educação apresenta diversos estudos¹ relacionados às formas de tratamento das pessoas com deficiência em diferentes períodos do desenvolvimento da sociedade. No decorrer das transições históricas, modificou-se o pensamento coletivo sobre as concepções de deficiência conforme

1 Entre eles, citam-se: *A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje* (SILVA, 1987). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania* (BIANCHETTI; FREIRE, 1998).

ocorriam as mudanças sociais.

Nas sociedades pré-histórica e escravista, as práticas comuns perante as pessoas com deficiência eram o abandono e o extermínio, pois acreditava-se que elas não poderiam ajudar no trabalho e na busca da alimentação para a garantia da sobrevivência do grupo (BIANCHETTI; FREIRE, 1998). A partir do período feudal, outras concepções começaram a emergir.

A ideologia defendida pela igreja pregava concepções contraditórias sobre as pessoas com deficiência, que as definiam como fruto do pecado humano, ou que nasciam para que as outras pessoas fizessem caridade como forma de absolvição dos seus pecados, ou, ainda, considerando que eram possuídas pelo mal, sofrendo punições físicas. Como a igreja, neste período, detinha poder sobre a sociedade, ela difundiu este semióforo² sobre as pessoas com deficiência. Dessa forma, o pensamento cristão influenciou significativamente o direito à vida, porém, algumas pessoas ainda eram eliminadas para que ‘suas almas fossem salvas’ (BIANCHETTI; FREIRE, 1998).

Na sociedade capitalista, com a industrialização, o trabalho foi fragmentado e algumas pessoas com deficiência começaram a trabalhar na divisão de atividades produtivas. O liberalismo, que pregava os princípios de igualdade e liberdade, proclamava a participação de todos na sociedade, e isso garantia o direito à vida. Com a necessidade do aprimoramento do trabalho e a adequação do comportamento humano relacionado ao “ideal³” de vida almejado, foram sendo moldados os padrões de corpo e mente “ideais” para participar da sociedade. As pessoas eram induzidas a pensar a partir de ideologias, as quais moldavam o comportamento do ser “ideal” (BIANCHETTI; FREIRE, 1998).

Segundo Baczko (1985, p. 309), “cada geração traz consigo uma certa definição do homem, simultaneamente descritiva e normativa, ao mesmo tempo que se dota, a partir dela, de uma determinada ideia da imaginação, daquilo que ela é ou daquilo que deveria ser [...]”. Dessa forma, o direito à participação plena na sociedade foi conquistado aos poucos pelas pessoas com deficiência, por conta das mudanças na compreensão das concepções sobre elas.

2 Conforme Chaúí (2001, p. 7), “[...] um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo, que significa alguma outra coisa, e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica [...]”.

3 Sobre o conceito da palavra “ideal”, entende-se que não existe nada ideal; o padrão ideologizado é construído historicamente a partir da cultura de um povo, significando, então, que não necessariamente seja verdadeiro. Assim, observa-se que taxar algo de ideal, normal ou como modelo padrão torna-se um equívoco que deve ser superado.

Atualmente, existem várias legislações⁴ que garantem o acesso e a participação na vida social, porém, a luta deve ser contínua, pois muitos dos direitos proclamados não são efetivados. A falta de recursos financeiros neste setor gera exclusão e não inclusão social. Essas situações estão intrinsecamente ligadas à cultura, pois, a partir dela, forma-se a concepção de pessoa com deficiência. Hoje, ainda existem pensamentos preconceituosos advindos de culturas antigas, bem como barreiras urbanísticas, atitudinais⁵ e arquitetônicas que dificultam ainda mais a participação dessas pessoas na sociedade.

Desse modo, reitera-se a proposta do artigo de analisar como a sociedade se mobiliza para realizar ações de reivindicação sobre os direitos da pessoa com deficiência. Isso em meio a um imaginário social e culturas excludentes que, muitas vezes, estão atrelados à política e ao sistema econômico vigente da sociedade. Para tanto, utilizaram-se bibliografias, documentos e legislações, a partir da busca de dados e informações realizada na biblioteca da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e por meio de pesquisas na internet. Para os critérios de busca sobre os movimentos sociais e a constituição das legislações de Cascavel, Paraná, foram elencados os seguintes descritores: movimentos sociais em Cascavel - PR e legislações de Cascavel - PR. Compreendendo que a luta deve ser contínua, por meio dessa análise qualitativa, busca-se demonstrar como a cultura pode influenciar na inclusão social e como os movimentos sociais organizados de Cascavel, Paraná, mobilizam-se para que este processo ocorra.

A cultura e sua influência na formação do pensamento sobre as pessoas com deficiência

Para tratar da cultura, é necessário, *a priori*, discorrer sobre o sistema de produção econômica da sociedade, pois é o que define, em últimas circunstâncias, a cultura. Na atualidade, vivemos no sistema capitalista, o qual, de acordo com Marx e Engels (2009), separa a sociedade em classes que são antagônicas. Essa divisão acontece por meio da propriedade privada, da divisão do trabalho e da detenção dos meios de produção, portanto, existem

4 A Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), a Lei nº 7.853 de 1989 (BRASIL, 1989), a Declaração de Salamanca de 1994 (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994), a Lei nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), a Declaração de Guatemala de 1999 (Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001), a Lei nº 10.098 de 2000 (BRASIL, 2000), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Decreto Legislativo nº 186 de 2008, o Decreto nº 6.949 de 2009 (BRASIL, 2011) e a Lei 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015).
5 Barreiras atitudinais constam na Lei nº 13.146/2015: “[...] e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

os que detêm o capital e aqueles que vendem a sua força de trabalho como única forma de sobrevivência.

A riqueza mundial é de apropriação de poucas pessoas, portanto, a maior parte da população é da classe trabalhadora, que pode ser classificada em vários níveis, da pobreza moderada à extrema. Segundo Chauí (2001), no Brasil,

A desigualdade na distribuição da renda - 2% possuem 98% da renda nacional, enquanto 98% possuem 2% dessa renda - não é percebida como forma dissimulada de *apartheid* social ou como socialmente inaceitável, mas é considerada natural e normal, ao mesmo tempo que explica por que o ‘povo ordeiro e pacífico’ dispense anualmente fortunas em segurança, isto é, em instrumentos de proteção contra os excluídos da riqueza social. Em outras palavras, a sociedade brasileira está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes (CHAUÍ, 2001, p. 57).

Assim, entende-se que a má distribuição de renda e o acúmulo de capital apenas para uma parcela mínima da sociedade têm gerado cada vez mais a desigualdade social. Neste contexto, Chauí (2001) analisa que o “verdeamarelismo”⁶, pregado pelos dominantes e pelo capitalismo, “[...] assegura que aqui não há lugar para luta de classes e, sim, para a cooperação e a colaboração entre o capital e o trabalho, sob direção e vigilância do Estado” (CHAUÍ, 2001, p. 24)⁷. Dessa maneira, os trabalhadores são estrategicamente influenciados a uma atividade passiva e alienante. Com poucas condições sociais, econômicas e de acesso à informação, falta de estudos e aprofundamento dos conhecimentos, essas pessoas são influenciadas pela cultura presente nos meios sociais. Tal cultura remete àquela disseminada pelo pensamento neoliberal.

Segundo Fiori (1997, p. 208), “A grande força propulsora que levou o neoliberalismo ao mundo inteiro, [...] foi a existência [...] e o movimento real do capitalismo na direção de uma desregulação crescente e de uma globalização econômica de natureza basicamente financeira”. O neoliberalismo disseminou e dissemina ideologias; de que o poder estatal não dispõe de condições para a prestação de serviços gratuitos à população, de que cada um é responsável pelo seu sucesso ou fracasso profissional, de que o capitalismo não causa de-

6 Termo utilizado pela autora para definir uma ideologia de vida imposta pela classe dominante no Brasil (CHAUÍ, 2001).

7 Ainda que esta colocação tenha sido expressa para delinear um contexto histórico brasileiro por volta das décadas de 1960 e 1970, a conceituação do termo “verdeamarelismo” continua presente na sociedade, mesmo com menor dominação.

sigualdade social. Para que os trabalhadores se conformem; com o mínimo de políticas públicas, com o mínimo de recursos financeiros para a sobrevivência, com a eliminação de direitos legais, com a exploração no mercado do trabalho. Para que aceitem passivamente a lógica do sistema capitalista de sociedade, mesmo que lhe cause miséria, fome e falta de condições de vida.

Chauí (2001) faz uma crítica ao ideário de vida construído histórica e coletivamente no Brasil. Assim, expressa:

[...] cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiro, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais (CHAUÍ, 2001, p. 4).

Ou seja, nessas representações de identidade nacional, não existem desigualdades sociais no país, existe apenas uma visão bela de harmonia e paz na sociedade. Nesse contexto, não são considerados os problemas advindos da divisão de classes, a pobreza, a fome, a violência, o preconceito e nem a diversidade da raça brasileira, como continua Chauí (2001):

A força persuasiva dessa representação transparece quando a vemos em ação, isto é, quando resolve imaginariamente uma tensão real e produz uma contradição que passa despercebida. É assim, por exemplo, que alguém pode afirmar que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas, simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças (CHAUÍ, 2001, p. 4).

Esse processo de pensamento nacional é criado a partir do mito fundador, difundido por meio de representações ideológicas culturais e políticas. O mito remete a “[...] algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela” (CHAUÍ, 2001, p. 5). Dessa forma, o mito fundador é o responsável por disseminar ideologias na sociedade, fazendo com que se crie um pensamento coletivo ou uma identidade nacional inautêntica. Assim,

o pensamento coletivo se forma a partir da totalidade dos acontecimentos que influenciam diretamente na sua produção cultural, como o meio e as condições que vivenciam.

Bourdieu (1982) expõe no seu texto *A economia das trocas simbólicas* como o capital cultural e social são preponderados pelo capital econômico de cada classe social. A classe que detém mais poder econômico tem mais acesso à cultura, enquanto a classe dos trabalhadores possui menos acesso ou com qualidade inferior⁸. Assim, entende-se que todos têm acesso a algum tipo de cultura, e esta influencia diretamente no seu modo de pensar e agir na sociedade. Devido a essa divisão social e econômica existente na sociedade, alguns são privilegiados com a cultura da mais alta qualidade, enquanto outros são desfavorecidos com a cultura do senso comum, sem a possibilidade de uma visão crítica.

Nessa relação desigual, “o outro jamais é reconhecido como sujeito, nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade, nem como alteridade” (CHAUÍ, 2001, p. 55). Nesse processo de negação da subjetividade do indivíduo, cria-se uma cultura equivocada do belo e do ideal. “As divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural [...], e as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer ora como desvios da norma [...], ora como perversão ou monstruosidade” (CHAUÍ, 2001, p. 55). A pessoa com deficiência emerge como esse desvio da norma, e quebrar o tabu do pré-conceito estabelecido é uma luta árdua e contínua.

Nesse contexto, é necessário compreender como a cultura influencia na vida das pessoas e em suas concepções sobre a pessoa com deficiência, abordando, assim, as definições de cultura. “Sabemos que o termo cultura possui muitas acepções, foi interpretado de várias formas na história e tem posições diferenciadas nos vários paradigmas explicativos da realidade social” (GOHN, 2008, p. 22). Ou seja, os autores que a definiram foram influenciados por correntes teóricas de pensamento, por uma cultura e pelo meio social nos quais estavam inseridos. Assim, o termo pode ser remetido a várias concepções e afirmações diferenciadas.

Gohn (2008, p. 19) aborda “[...] o poder da cultura na sociedade

8 Bourdieu (1982) demonstra, em sua obra *A economia das trocas simbólicas*, uma análise das práticas culturais nas diferentes classes sociais e econômicas, bem como nas diferentes profissões da sociedade. Entre as práticas, destacam-se a leitura e os tipos de livros de cada classe, a frequência ao teatro, a museus, a exposições, a galerias de pintura, a prática de ouvir música clássica, entre outras questões. O intelectual também analisa a quantidade de pessoas de cada classe ou profissão que possuem televisão, residência própria, automóvel de categoria superior e férias em hotel. Essas e outras questões são criteriosamente abordadas por Bourdieu (1982).

contemporânea”, relacionada à educação não-formal⁹. Analisa como a educação, a saúde e as organizações sofrem influências da cultura paulatinamente relacionadas com a forma de organização e desenvolvimento da sociedade. Para a autora, a cultura acontece no meio social, e, a partir dela, são formados crenças e costumes. Desse modo, nos grupos sociais, formam-se as concepções e ideais de vida, e, com elas, forma-se a concepção de pessoa com deficiência. Porém, o que prevalece no imaginário social¹⁰ é a concepção biomédica¹¹ sobre as pessoas com deficiência, sendo considerados “diferentes” e “incapazes” para participar da sociedade.

Para Baczko (1985),

[...] o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma acção [sic] comum (BACZKO, 1985, p. 311).

De tal modo, muitas pessoas ainda possuem comportamentos arcaicos diante da pessoa com deficiência, pois o imaginário social e a concepção biomédica os levam a acreditar na incapacidade delas. Julgam somente a aparência, esquecendo-se da essência, da capacidade intelectual e da subjetividade de cada um. O autor segue enfatizando, sobre o imaginário social, que

O seu trabalho opera através de séries de oposições que estruturam as forças afectivas [sic] que agem sobre a vida colectiva [sic], unindo-as, por meio de uma rede de significações, as dimensões intelectuais dessa vida colectiva [sic]: legitimar/in-valorar; justificar/acusar; tranquilizar/pertubar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir (relativamente ao grupo em causa), etc (BACZKO, 1985, p. 312).

9 Gohn (2008) define que a educação não-formal é caracterizada como aquela que “[...] aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil [...]” (GOHN, 2008, p. 07), em que determinados grupos se organizam para realizar cursos e capacitações aos indivíduos, voltados para a classe trabalhadora. Em muitos casos, a educação não-formal está articulada com a educação formal. 10 Segundo Moraes (2002, s. p.), “O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano [...]”.

11 Na visão biomédica, a deficiência é tratada como doença e o que se busca é o tratamento para a cura ou reabilitação. Assim, tem-se a visão de que as pessoas com deficiência necessitam de cuidados como um doente e não podem participar das atividades da sociedade. Essa é uma visão equivocada, pois o que gera a deficiência é a falta de acessibilidade dos locais públicos, e todos os seres humanos possuem diversidades. Para aprofundamento teórico, indica-se o texto: *O que é deficiência*. DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Nessa mesma linha de pensamento, Gohn (2001), fundamentando-se em autores marxistas, ressalta que a cultura influencia na dominação ideológica dos indivíduos, determinando como eles devem pensar e agir na sociedade. “Podemos observar que a cultura desempenha um papel estratégico, que é o de construir táticas para a ação” (GOHN, 2001, p. 25). Nesse sentido, a cultura intervém na estratégia de formação do pensamento coletivo, muitas vezes ideologicamente relacionada à cultura política.

A cultura política vai moldando o pensamento coletivo conforme as suas prioridades, prevalecendo o ideal da acumulação de capital. Quem se apropria, a seu favor, do conhecimento é a classe que detém o poder econômico na sociedade. O capitalismo valoriza apenas o que lhe proporciona lucro, produtividade e exploração no mercado do trabalho.

Assim, numa sociedade em que a força de trabalho está colocada como uma mercadoria, que deve funcionar como a extensão da máquina e possuir a precisão de um relógio, a pessoa com alguma deficiência acentuada passa a ser considerada um mecanismo defeituoso e com maiores dificuldades de satisfazer as necessidades de seu comprador, ou seja, a de gerar maior quantidade de lucro para o capitalista (CARVALHO; ORSO, 2014, p. 117).

Para o capitalismo, a pessoa com deficiência é aquela que não proporciona lucro, pois imagina-se que, por sua limitação, não poderá corresponder à demanda da produtividade e exploração presente no mercado do trabalho, conforme exposto:

Como resultado da exclusão do processo produtivo, essas pessoas são consideradas improdutivas, inúteis, incapazes, um fardo pesado ou uma cruz a ser carregada pela família e pela sociedade. Essa concepção desconsidera a possibilidade de essas mesmas pessoas se constituírem como agentes e, assim, transformam-nas em objetos da caridade e da filantropia. Nessa forma de tratamento, as pessoas com deficiência quase sempre são concebidas como doentes ou como seres eternamente infantis (CARVALHO; ORSO, 2014, p. 109).

Com esse pensamento resultante do imaginário social, as pessoas, em sua maioria, não compreendem que todos têm direito ao trabalho, ao lazer, ao esporte, à educação e outros mais, e que o planejamento e concretização das condições de acesso e permanência são deveres das esferas públicas. Nota-se que, nas legislações, o interesse pela inclusão social é demonstrado, mas, na prática, pouco é realizado.

Observa-se, então, que o enfrentamento dessa realidade pelas próprias pessoas com deficiência é fundamental. Enquanto elas se privarem de frequentar locais públicos em decorrência das dificuldades encontradas, maior tempo será necessário para que seu direito seja efetivado, pois “acabam reduzindo as causas das dificuldades enfrentadas por essas pessoas às suas características individuais, desresponsabilizando as barreiras sociais e, com isso, naturalizam a segregação de que são vítimas” (CARVALHO; ORSO, 2014, p. 109).

Diante disso, o “verdeamarelismo” estabelecido pelo poder dominante faz com que a exclusão social seja ideologizada como uma inclusão social. Ressalta-se a importância de as pessoas com deficiência continuarem se reafirmando e demonstrando os seus direitos, para que as esferas públicas lhes proporcionem condições de efetiva participação na sociedade. Essa reafirmação de capacidade acontece no acesso à educação, na procura de emprego, na participação em espaços coletivos, entre outros. Assim, como um instrumento para desconstruir o imaginário social estabelecido na sociedade sobre as pessoas com deficiência, os movimentos sociais lutam diariamente pela efetivação de seus direitos.

Os movimentos sociais das pessoas com deficiência em Cascavel, Paraná e a luta pela desconstrução de uma sociedade ideal

Em Cascavel, nas últimas décadas do século XX, iniciou-se a luta dos movimentos sociais pela busca da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Com a falta de atendimento e políticas públicas específicas em relação ao acesso à saúde, educação, trabalho, transporte, lazer, entre outros, formaram-se organizações das pessoas com deficiência e grupos de apoio. São eles: a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1971; em 1976, a Associação Cascavelense de Amigos dos Surdos (ACAS); em 1983, a Sociedade Beneficente dos Paraplégicos de Cascavel (SBPC), já extinta; em 1989, a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI)¹²; em 1991, foi fundada a Associação dos Portadores de Fissura Lábio Palatal de Cascavel (APOFILAB); e, em 1996, a Associação dos Deficientes Físicos de Cascavel (ADEFICA), o Centro de Vida Independente (CVI), também já extinto (ANDRÉ,

12 Que mais tarde foi transformada na ACADEVI (Associação Cascavelense de Deficientes Visuais). Por meio dessa organização, destaca-se: “[...] a realização de Seminários, cursos de formação política, encontros mensais, a luta para aprovação de leis que garantam o acesso ao mercado de trabalho, o acesso à cultura, ao lazer e ao desporto, além de outras lutas, como a constituição do Fórum Municipal composto por entidades representativas de e para às pessoas com deficiência e a luta para garantir o direito ao livro didático adaptado para os alunos matriculados na rede pública de ensino” (PÁDUA, 2018, p. 79).

2006). Segundo Pádua (2018), essas organizações prestavam atendimento às pessoas com deficiência, e, em relação à APADEVI, o autor relata que “[...] a própria entidade poderia ser mantenedora de programas de reabilitação visual, desresponsabilizando o Estado das suas obrigações e desempenharia tarefas de direitos dos sujeitos com deficiência visual [...]” (PÁDUA, 2018, p. 81). Diante disso, entende-se que, enquanto as pessoas se mobilizavam e se reuniam para realizar ações que deveriam ser de ordem governamental, o planejamento e investimento público não acontecia. No entanto, reconhece-se que era uma tendência da época, com a mobilização tutelada pela sociedade e não liderada pelas próprias pessoas com deficiência.

Além dos grupos já citados, criaram-se em Cascavel alguns programas e serviços que atuaram (e alguns ainda atuam) significativamente na efetivação dos direitos da pessoa com deficiência. Dentre eles, estão:

[...] Programa de Apoio a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho, da Agência do Trabalhador de Cascavel, criado em 1994;

[...]

3) Núcleo de Iniciação Esportiva para Pessoa Portadora de Deficiência (NIDPPD), iniciando as atividades em maio de 1995, ligado à Secretaria Municipal de Esporte; 4) Programa Institucional de Ações Relativas às pessoas com Necessidades Especiais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em julho de 1997 [...] (ANDRÉ, 2006, p. 54-55).

Além desses programas, destaca-se o Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Cascavel - FÓRUM, que há muitos anos luta pela efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. É composto por pessoas com deficiência e demais membros da sociedade, entidades e serviços públicos da área. Quando criado, esse movimento previu a necessidade de organização para a reivindicação de políticas públicas voltadas para a participação das pessoas com deficiência (ANDRÉ, 2006).

O FÓRUM teve um processo de criação durante um ano por uma Comissão Representativa das Entidades, de novembro de 1994 a dezembro de 1995, e mantém-se atuante. A partir das suas ações, foram alcançadas conquistas para as pessoas com deficiência, entre elas, a adaptação dos ônibus de transporte coletivo, regulamentação para concessão do passe livre, a participação das pessoas com deficiência em concursos públicos, considerando a

reserva legal de vagas, seminários com debates sobre ações políticas para as pessoas com deficiência nas áreas da saúde, educação, trabalho, entre outras atividades (ANDRÉ, 2006).

As ações realizadas pelo FÓRUM tiveram e ainda têm por objetivo demonstrar para a sociedade que as pessoas não devem ser diferenciadas pela sua deficiência. Essas atividades continuam necessárias, pois, mesmo com as legislações vigentes, muitas não se concretizam. Dessa forma, existe preconceito e desrespeito frente às pessoas com deficiência, consequência dos pensamentos ideologizados pelo neoliberalismo, advindos da cultura e do imaginário social, como destacam Baczko (1985) e Gohn (2008).

A partir do movimento social do FÓRUM, foi regulamentada a Assessoria de Políticas Públicas e de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência (APPIS), órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Cascavel, aprovada por meio da Lei Municipal nº 3.269/2001, tendo por objetivo “[...] subsidiar a administração na elaboração de políticas e serviços para atender às necessidades das pessoas com deficiência” (ANDRÉ, 2006, p. 54-55). A APPIS foi criada visando à efetivação de direitos proclamados nas legislações nacionais, como a Lei da Acessibilidade nº 10.098 do ano de 2000 (BRASIL, 2000)¹³.

Em 2003, a APPIS disponibilizou para a sociedade a cartilha *Pessoa com deficiência: reformulando conceitos e valores*, com o objetivo central de conscientizar a população. A cartilha trouxe explicações sobre a história e concepções de pessoas com deficiência, sobre as legislações nacionais conquistadas, sobre a baixa participação dessas pessoas no mercado do trabalho, sobre educação e convivência nos espaços públicos.

Destacam-se alguns trechos da cartilha:

Enquanto orientação geral, uma das maiores preocupações deste documento é evitar os chamados rótulos ou carimbos. A partir do momento em que uma determinada pessoa for rotulada com a marca da deficiência, nunca mais será a mesma. Passará a viver em todos os espaços sociais sob o estigma do inválido e do inútil. Numa Sociedade que já tem estabelecido um padrão de perfeição, de beleza, de inteligência, de cor, alicerçados sobre valores econômicos, políticos, sociais, culturais, éticos e morais bem definidos, essa ressalva torna-se por demais importante, pois se entende que o melhor seria evitar a colocação do carimbo ‘deficiência’ do que depois retirar as suas marcas. Vale a pena lembrar, a título de esclarecimento, que o problema da pessoa

13 Esta lei trata sobre a eliminação das barreiras que impedem a livre participação de todos, sobre as adequações a serem realizadas em espaços públicos e privados, entre outros assuntos.

com deficiência não é a deficiência em si, mas o tratamento que recebe por parte da Sociedade, em face da sua deficiência (ROSA; ANDRÉ; CABRAL, 2003, s. p.).

O documento expressa, ainda:

[...] uma das dificuldades que a população enfrenta no convívio com as pessoas com deficiência é a falta de informações corretas sobre a realidade das mesmas. Ao longo do tempo, isto gerou medo e posições equivocadas em torno do assunto, produzindo no imaginário social uma falsa ideia, a qual supõe uma espécie de ‘mundo’ separado para as pessoas com deficiência (ROSA; ANDRÉ; CABRAL, 2003, s. p.).

A partir do conteúdo expresso na cartilha, observa-se a necessidade do contínuo posicionamento das pessoas com deficiência em relação à sociedade em geral. Mesmo com o avanço presente nas legislações, o pensamento coletivo apresentava, e ainda apresenta, traços de preconceito e medo perante as pessoas com deficiência.

Acerca desse pensamento, há uma contradição, as legislações preveem que todos têm direito à participação plena na sociedade, porém, a realidade material se mostra contrária a isso. Conforme Chauí (2001), o imaginário social estabelecido faz com que as pessoas acreditem em um Brasil harmônico, onde não existem diferenças sociais, de raças e de classes, e o preconceito não existe.

O que se percebe é que a maioria das pessoas não estão preocupadas com os problemas sociais enfrentados por outros membros da sociedade. Na organização de grupos de luta e de apoio às pessoas com deficiência, as iniciativas são tomadas por elas mesmas e por outras que conhecem ou vivenciam as dificuldades enfrentadas no dia a dia. Essas organizações coletivas fortalecem a luta pelos direitos das pessoas com deficiência, tornando-a necessária para a busca de um novo imaginário social e pela efetivação dos direitos de cidadania.

Assim, da mesma forma que o Fórum e a APPIS se mostram importantes nessa luta, uma organização pequena como a Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual - ACADEVI, ao passar dos anos, tornou-se grande aliada na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. A ACADEVI vem realizando ações na área da deficiência visual, destacando-se “[...] os cursos de formação política, realizados entre os anos de 1999 a 2014. Neste período, foram organizados doze cursos de formação de dirigentes para o movimento de cegos” (PÁDUA, 2018, p. 86). Ainda, os onze seminários reali-

zados entre 1997 e 2017 tiveram o intuito de oportunizar conhecimento para a sociedade em geral, propondo debates e destacando “[...] a importância do papel dos movimentos sociais na conservação, reprodução e na transformação da realidade” (PÁDUA, 2018, p. 87), e realizando encaminhamentos de ações reivindicatórias para as esferas públicas.

Em seu percurso histórico, os representantes da ACADEVI também realizaram organizações de protestos em defesa de ações públicas referentes à educação das pessoas com deficiência visual. A entidade também “[...] prestou denúncias junto aos Conselhos de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para que a formação destes sujeitos não fosse prejudicada [...]” (PÁDUA, 2018, p. 92). A mobilização desses movimentos sociais regionais fortalece e auxilia significativamente as pessoas com deficiência.

Outro grupo importante para as pessoas com deficiência de Cascavel é o Programa de Educação Especial – PEE, da Unioeste, que inicialmente “[...] surgiu como sendo o resultado de um movimento social externo à Universidade” (SILVA et al., 2006, p. 59), sendo sua conquista decorrente de lutas. Desde 1995, houve movimento reivindicatório para o suporte especializado às pessoas com deficiência/necessidades educacionais especiais para ingressarem na universidade e obterem apoio à continuidade de seus estudos.

O PEE foi institucionalizado em 1997, em decorrência do ingresso de pessoas cegas que precisavam de adaptação de materiais de estudo e recursos tecnológicos. A primeira banca especial foi organizada para uma candidata com baixa visão inscrita no Concurso Vestibular de 1996 (DALGALO et al., 2016, s. p.). Depois, “[...] a partir de 2002, alunos surdos iniciaram suas trajetórias acadêmicas trazendo novos desafios aos professores e técnicos da universidade” (DALGALO et al., 2016, s. p.).

Conforme Silva et al. (2006), entre as ações do PEE também estão os grupos de estudos, cursos de extensão para formação de professores, oficinas, seminários para a comunidade interna e externa da universidade, com temáticas relacionadas à pessoa com deficiência e sua inclusão social. “Outras ações priorizadas [...] estão relacionadas à acessibilidade, principalmente quanto à implantação de linhas-guia para cegos e espaço reservado no estacionamento para pessoas com deficiência física, na própria universidade e outras adaptações em seu entorno” (SILVA et al., 2006, p. 62).

Ademais, o PEE conseguiu a implantação de programas de tecnologias assistivas, contratação de profissionais de diversas especialidades, requisitando recursos junto às esferas públicas.

Na estrutura logística do PEE, tem-se linha braille, softwares específicos [...], teclados virtuais - mousekey, ETM; dosvox, microfênix, tablet com emulador de mouse ocular (PCEye Go Tobii), Boardmaker, Editor de pranchas livre, máquinas braille, regletes e punção, digitalização de textos utilizados em aula. Quanto aos recursos humanos são disponibilizados Tradutores Intérpretes de Libras, Técnicos de Assuntos Universitários/Transcritores-Ledores e bolsistas de monitoria acadêmica. Na função de transcritor-ledor, utiliza-se de prancha de comunicação (linha/coluna) com retorno ocular para aluno tetraparético e afásico (DALGALO et al., 2016, s. p.).

Assim, movimenta-se em favor da inclusão no ensino superior, em uma universidade pública. Contando com esse aparato material, tecnológico e profissional, o Programa acredita que “[...] o processo educacional da pessoa com deficiência deve criar todas as possibilidades para que ela possa desenvolver-se cognitivamente e socialmente” (DALGALO et al., 2016, s. p.).

Um dos resultados do trabalho do PEE em Cascavel, Paraná, foi a conclusão de curso de graduação por um aluno na universidade, como aponta o excerto da notícia do Portal Unioeste:

Marciel Pereira dos Santos, de 31 anos, concluiu o curso de Ciências Econômicas. Foram diversas situações enfrentadas diariamente, mas com determinação e alegria, conseguiu vencê-las. Ele nasceu com sequelas devido a uma paralisia cerebral que resultou em tetraplegia. Após sete tentativas, em 2014, Marciel conquistou sua vaga no curso dos sonhos. ‘Minha entrada foi espetacular. Todos me acolheram muito bem. Os professores foram sensacionais, sempre me trataram como qualquer outro aluno’, diz ele com sorriso no rosto (ALVES, 2020, s. p.).

Com a inclusão na universidade, reconhece-se o direito previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a qual salienta a “transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior”. Porém, é imprescindível que haja possibilidades para o acesso e as condições para permanência do estudante na instituição. O que ficou em evidência foi o fato de a Unioeste oferecer o apoio necessário durante a formação acadêmica, principalmente por meio do Programa de Educação Especial - PEE.

Assim, André (2006) ressalta:

Nesta sociedade em que as desigualdades sociais estão diretamente ligadas à supremacia do capital, que dita as regras da convivência humana, mantendo excluídas milhões de pessoas no mundo, a luta pela efetivação dos direitos das pessoas com deficiência deve estar inserida no movimento maior. Para transformar essa realidade, de modo que as conquistas não sejam meros paliativos, satisfação passageira e ilusória, é necessário ampliar o foco de ação, buscando na reflexão profunda nos debates dos grupos organizados as verdadeiras causas da opressão dos marginalizados (ANDRÉ, 2006, p. 45).

Ou seja, a consciência coletiva é necessária. “A consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens [...]” (MARX; ENGELS, 2009, p. 44). É preciso que a sociedade compreenda a pessoa com deficiência, respeitando os seus direitos e auxiliando para que os movimentos pela efetivação de políticas públicas governamentais aconteçam cada vez mais, para que a legislação não fique apenas na teoria, mas esteja em consonância com a prática.

Algumas considerações

A partir dos estudos realizados, destacam-se alguns aspectos sobre como a cultura e o meio social e econômico em que as pessoas vivem influenciam na forma como são vistas as pessoas com deficiência, e a importância dos movimentos sociais nessa luta. Mesmo com a participação ativa dos movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, é possível perceber a exclusão social ainda presente na sociedade. Em uma breve observação em supermercados, *shoppings* e comércios em geral, dificilmente encontra-se uma pessoa com deficiência trabalhando de forma visível ao público. As vagas de emprego com a cota reservada para contratação de pessoa com deficiência dificilmente são preenchidas, e podem ocorrer de forma camuflada.

Muitas empresas comerciais contratam a pessoa com deficiência apenas para cumprir a legislação, oferecendo-lhes uma vaga de menor valor ou de menor exposição ao público. Dessa forma, o sistema de produção capitalista ensina a população, desde criança, que existem padrões de beleza e de vida a serem seguidos. A visão do belo e perfeito, trabalhada por Chauí (2001), e a questão do imaginário social, abordado por Baczko (1985), exprimem como a cultura, definida por Gohn (2008), age na vida das pessoas. Nesse modelo, não há espaço para a pessoa com deficiência e, nessa luta, os alicerces indispensáveis para a batalha são os movimentos sociais, como já

foi dito anteriormente, formados em sua maioria pelas próprias pessoas com deficiência. Diante disso, observa-se que, enquanto a sociedade não conseguir superar a visão estabelecida ideologicamente sobre a pessoa com deficiência, o respeito e o direito não serão efetivados.

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ALVES, A. *Formaturas: inclusão provoca emoção em colação de grau. Inclusão provoca emoção em colação de grau.* 2020. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/maisnoticias/50734-formaturas-inclusao-provo-ca-emocao-em-colacao-de-grau>. Acesso em: 17 mar. 2020.

ANDRÉ, M. F. C. *Fórum Municipal em defesa dos direitos da pessoa com deficiência: uma reflexão sobre a concepção do direito presente nas suas lutas.* 2006. (Monografia) Curso de Especialização em História da Educação Brasileira. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arquivos/proex/pee/refl_sob_a_con_do_dir_pre_n_s_lut.pdf. Acesso em: 28 nov. 2019.

BACZKO, B. A imaginação social. *In:* LEACH, Edmund et al. *Anthropos-Homem.* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. *In:* BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (Orgs.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania.* Campinas: Papyrus, 1998. p. 21-51.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 1982.

BRASIL. *Constituição Brasileira*, de 5 de outubro de 1988.

BRASIL. *Lei nº 7.853*, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. *Lei nº 10.098*, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras

de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 5.296*, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008.

BRASIL. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BRASIL. *Lei 13.146*, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 dez. 2019.

CARVALHO-FREITAS, M. N. de; MARQUES, A. L. A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 14, n. 41, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302007000200003&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 13 jan. 2021.

CARVALHO, A. R. de; ORSO, P. J. As pessoas com deficiência e a lógica da organização do trabalho na sociedade capitalista. *In: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE (Org.). A pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate*. 2. ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2014. p. 107-126.

CHAUÍ, M. de S. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 2. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

DALGALO, V. S. et al. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na UNIOESTE frente às novas demandas. *Anais do 7º Congresso Brasileiro de Educação Especial*, São Carlos, SP, 2016. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee7/papers/o-atendimento-educacional-especializado--aee--na-unioeste-frente-as-novas-demandas>. Acesso em: 12 dez. 2019.

DECLARAÇÃO DE GUATEMALA. *Convenção interamericana para a eliminação*

de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Aprovado pelo Conselho Permanente da OEA, na sessão realizada em 26 de maio de 1999. (Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001).

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais.* Salamanca, Espanha, 10 de junho de 1994.

DINIZ, D. *O que é deficiência.* 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos.* Petrópolis: Vozes, 1997. p. 201-213.

GOHN, M. da G. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.* São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã.* Tradução de Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOISES, R. R.; STOCKMANN, D. A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos. *History of Education in Latin America - HistELA*, v. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/20780>. Acesso em: 13 jan. 2021.

MORAES, D. de. *Imaginário social e hegemonia cultural.* Juiz de Fora, MG, 2002. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>. Acesso em: 28 out. 2019.

PACHECO, K. M. de B.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. *Acta Fisiátrica*, v. 14, n. 4, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102875>. Acesso em: 13 jan. 2021.

PÁDUA, I. J. de. *O papel dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na efetivação de políticas educacionais de acesso ao ensino superior na UNIOESTE.* 2018. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3976>. Acesso em: 7 nov. 2019.

RODRIGUES, A. P. N.; LIMA, C. A. de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. *Interritórios*, Caruaru, v. 3, n. 5. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/viewFile/234432/27604>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ROSA, E. R. da; ANDRÉ, M. F. C.; CABRAL, N. *Pessoa com deficiência: reformulando conceitos e valores*. Cascavel: Governo Municipal, 2003. Disponível em: [http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/15092010_cartilha_appis\(1\).pdf](http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/15092010_cartilha_appis(1).pdf). Acesso em: 19 dez. 2019.

SILVA, D. R. da et al. Programa institucional de apoio à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior. *Ponto de Vista: Revista de educação e processos inclusivos*, Florianópolis, n. 8, p. 55-74, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/%201101/1458>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SILVA, O. M. da. *A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. São Paulo: CEDAS, 1987. Disponível em: <https://issuu.com/amaurinolascosanchesjr/docs/-a-epopeia-ignorada-oto-marques-da->. Acesso em: 7 nov. 2019.